



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

45º EXAME

DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Sede

1ª, 2ª, 3ª e 13ª

Procuradorias Regionais

ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

- 2019 -

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) O art. 62, §6º da CRFB estabelece que a medida provisória não apreciada em até quarenta e cinco dias de sua publicação entra em regime de urgência, sobrestando, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- Apesar da redação do dispositivo, o STF referendou, em julgamento de Mandado de Segurança, o entendimento dado pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, de que apenas os projetos de lei ordinária que tenham por objeto matéria passível de ser tratada por medida provisória seriam alcançados pelo sobrestamento. Sem que houvesse qualquer alteração no texto da Constituição, passou-se a dela extrair um novo sentido.
- Nesse caso, pode-se dizer que houve uma:
- Declaração de inconstitucionalidade formal.
 - Mutação constitucional.
 - Interpretação literal.
 - Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto.
 - Emenda à Constituição.
- 2) Indignado com a contratação de uma academia de ginástica de primeira linha, para atendimento exclusivo de um determinado grupo de servidores de um órgão do Poder Público, um cidadão poderia se valer de qual “remédio constitucional” para impugnar judicialmente tal ato?
- Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
 - Ação Civil Pública.
 - Mandado de Segurança.
 - Habeas data*.
 - Ação Popular.
- 3) Acerca do Sistema Tributário Nacional é correto afirmar que:
- Sempre que possível os impostos devem levar em conta o princípio da capacidade econômica do contribuinte.
 - União, Estados e Municípios podem instituir impostos, taxas e contribuições de intervenção no domínio econômico.
 - Cabe a lei complementar estabelecer a hipótese de incidência, base de cálculo e a alíquota dos impostos.
 - As taxas poderão ter base de cálculo própria dos impostos.
 - Os débitos tributários deverão sempre corrigidos pela taxa SELIC.
- 4) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os tratados de direitos humanos serão incorporados pela ordem jurídica brasileira:
- Com força de emenda à Constituição.
 - Após aprovação em turno único em sessão conjunta do Congresso Nacional.
 - A partir da promulgação, por um decreto executivo do Presidente da República.
 - Com equivalência à Lei Complementar se aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - A partir da aprovação do Congresso Nacional, mediante decreto legislativo.
- 5) Sobre regras e princípios é incorreto afirmar que:
- Ambos estabelecem obrigações jurídicas.
 - As regras são aplicadas segundo o modo do tudo ou nada e conflitos entre regras são solucionados pelos critérios clássicos de solução de antinomias (hierárquico, especialidade e cronológico).

- c) Quando princípios se contrapõem em um caso concreto, há de se apurar o seu peso, nisso consistindo a ponderação.
 - d) Princípios são normas que ordenam que algo seja realizado na maior medida, dentro das possibilidades jurídicas, sendo, por isso, comandos de otimização.
 - e) A ponderação de princípios e de regras é aceita de forma pacífica na doutrina e jurisprudência.
- 6) Defrontando-se com um dispositivo legal aberto, ambíguo ou plurissignificativo, ao hermenêuta compete-lhe atribuir exegese que o torne compatível com o texto constitucional. Em um caso concreto, aplicando o princípio descrito acima, um determinado Tribunal de Justiça pode proferir uma decisão de declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, em que se exclui um dos sentidos possíveis da norma.**
- Qual o princípio de hermenêutica está tratado no texto acima?**
- a) Princípio da razoabilidade.
 - b) Princípio da supremacia da Constituição.
 - c) Princípio da proporcionalidade em sentido estrito.
 - d) Princípio da interpretação conforme à Constituição.
 - e) Princípio da força normativa da Constituição.
- 7) Depende de autorização legislativa a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, bem como a criação de subsidiárias dessas entidades. Já com relação a sua alienação é incorreto afirmar que:**
- a) A alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa.
 - b) Não se exige autorização legislativa para alienação do controle acionário de subsidiária de estatais.
 - c) A alienação do controle acionário de estatais pode se dar por sem necessidade de licitação, desde que observe os princípios inscritos no art. 37 da CRFB.
 - d) A alienação do controle acionário de subsidiárias de estatais pode se dar por sem necessidade de licitação, desde que observe os princípios inscritos no art. 37 da CRFB.
 - e) A licitação é dispensável quando a venda de ações não importe em alienação do controle acionário.
- 8) Sobre o tema concurso público, tomando por base a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pode ser considerada incorreta a seguinte afirmação:**
- a) O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público.
 - b) O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital.
 - c) Candidato aprovado dentro do número de vagas previstos no Edital, tem direito subjetivo à nomeação.
 - d) O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
 - e) O portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.
- 9) Em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade, a maioria absoluta dos membros do STF poderão conceder medida cautelar. Marque a alternativa correta acerca da eficácia e dos efeitos dessa medida:**
- a) Eficácia contra todos e efeitos *ex tunc*
 - b) Eficácia *inter partes* e efeitos *ex tunc*

- c) Eficácia contra todos e efeitos *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder eficácia retroativa
- d) Eficácia *inter partes* e efeitos *ex nunc*
- e) Eficácia contra todos e efeitos sempre *ex nunc*

10) Indique a alternativa que trata de matéria não sujeita à iniciativa legislativa privativa do Presidente da República:

- a) Criação de cargos na administração federal direta e autárquica
- b) Regime jurídico e aposentadoria de servidores públicos da União
- c) Organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios
- d) Regime jurídico de servidores públicos estaduais
- e) Fixação ou modificação do efetivo das Forças Armadas

11) Acerca do Mandado de Segurança, assinale a alternativa incorreta:

- a) É cabível para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça
- b) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.
- c) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.
- d) Ao despachar a inicial, o juiz mandará citar a autoridade coatora, e fixará prazo de 30 (trinta) dias para que compareça em audiência, ocasião em que deverá apresentar contestação, sob pena de preclusão.
- e) Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos no Código de Processo Civil.

12) Em julgamento de recurso interposto no âmbito de ação condenatória movida por João em face do Estado, a Xª Câmara Cível, analisando - de forma pioneira no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - a lei que o Estado usou como base para sua defesa, afasta sua incidência sem declará-la inconstitucional, e julga procedente o pedido de João. Analise a alternativa que melhor se coaduna com a situação narrada:

- a) Considerando que se tratava de ação que apreciava uma relação subjetiva concreta, a decisão não padece de vícios. Desse modo, o Estado poderia apenas interpor recurso com base em outros fundamentos.
- b) A decisão está equivocada, pois viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- c) A decisão está equivocada, pois o Tribunal de Justiça não pode realizar controle de constitucionalidade. Tal competência é conferida apenas ao STF.
- d) Se o Estado não interpuser recurso, a decisão terá o condão de encerrar a vigência da lei, e a Assembleia Legislativa será intimada para a edição de nova lei sobre o tema.
- e) A ação não poderia sequer ter sido processada, pois, se o direito subjetivo dependia da análise de constitucionalidade da lei, a legitimidade para a propositura seria do Procurador-Geral de Justiça, no exercício de sua legitimidade ordinária e exclusiva.

- 13) Acerca do regime dos servidores públicos estabelecido na Constituição de 1988, assinale a alternativa incorreta:**
- a) É assegurado o exercício do direito de greve, de forma plena e imediata, independentemente de regulamentação por lei específica
 - b) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
 - c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração
 - d) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical
 - e) É possível que lei estabeleça casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público
- 14) Diante de uma situação de falta total ou parcial de norma regulamentadora, que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, o remédio constitucional cabível é:**
- a) *Habeas data*
 - b) Mandado de segurança
 - c) Ação civil pública
 - d) Ação popular
 - e) Mandado de injunção
- 15) Na repartição constitucional, a competência legislativa pode ser privativa ou concorrente. Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta:**
- a) Apenas a União pode editar leis sobre as matérias elencadas no rol de sua competência privativa, ressalvada a hipótese de lei complementar poder autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas sobre as referidas matérias
 - b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais
 - c) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
 - d) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
 - e) A superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, retirando seus efeitos em definitivo.

DIREITO CIVIL:

- 16) De acordo com o Código Civil Brasileiro, são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:**
- 1 – os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
 - 2 – os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
 - 3 – aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
 - 4 – o excepcional sem desenvolvimento mental completo.
 - 5 – o pródigo.
- Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas CORRETAS:**
- a) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
 - b) São corretas apenas as afirmativas 4 e 5.
 - c) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
 - d) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
 - e) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 3 e 5.

17) A eficácia do registro da pessoa jurídica é:

- a) declaratória.
- b) constitutiva.
- c) resolutiva.
- d) suspensiva.
- e) discriminatória.

18) Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Com a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, na sistemática do Código Civil em vigor, os atos praticados pela empresa, nos casos de abuso da personalidade jurídica, caracterizada pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, são considerados inválidos.
- b) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica não pode, em nenhuma hipótese, ser alegada pela pessoa jurídica em seu favor, contra os atos de seus administradores.
- c) A teoria da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no art. 50 do Código Civil, é chamada teoria menor da *disregard doctrine*, que reclama mera demonstração de insolvência da empresa no cumprimento de suas obrigações.
- d) No campo da *disregard doctrine*, é dito que a previsão da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, exposta no Código Civil, manteve os demais microssistemas relacionados à matéria.
- e) Se o juiz decidir pela desconsideração da personalidade jurídica, a consequência mediata será a invalidade do seu ato constitutivo.

19) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos jurídicos praticados com dolo puramente acidental não são anuláveis.
- b) a simulação é causa de anulabilidade do negócio jurídico.
- c) dentre outras razões, são anuláveis os atos jurídicos praticados por erro, em estado de perigo e por coação.
- d) o falso motivo somente vicia a declaração de vontade quando for, expressamente, sua razão determinante.
- e) o negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

20) Assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código Civil.

- a) Quando houver no contrato de adesão cláusulas que gerem dúvida quanto à sua interpretação, será adotada a mais favorável ao proponente.
- b) A proposta de contrato aceita fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta.
- c) Não é lícito às partes celebrarem contratos atípicos; contudo, em decorrência do princípio da liberdade contratual, elas podem eleger qualquer uma das espécies contratuais reguladas no Código Civil e pelas leis especiais.
- d) Pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- e) Não deixa de ser obrigatória a proposta se, feita a pessoa ausente, não tiver sido expedida a resposta dentro do prazo dado.

21) Quanto aos direitos da personalidade é CORRETO afirmar que:

- a) O uso de imagem de pessoa pública para fins jornalísticos depende de sua prévia autorização.
- b) É inconstitucional ato de disposição que tenha por objeto o exercício de direitos da personalidade, por serem, sem exceção, intransmissíveis e irrenunciáveis.
- c) É lícito ato altruístico de disposição do próprio corpo, total ou parcialmente, para depois da morte.

- d) Herdeiros não podem pleitear perdas e danos por violação de direito da personalidade de pessoa morta, por se tratar de direito personalíssimo, intransmissível e que se extingue com a morte.
- e) O pseudônimo não goza de proteção legal em razão da proibição constitucional ao anonimato.

22) A condição resolutiva subordina a:

- a) eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto o termo final subordina a eficácia a um acontecimento futuro e certo.
- b) eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto a condição suspensiva subordina a eficácia a um evento futuro e certo.
- c) eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e certo, enquanto a condição suspensiva subordina a ineficácia a um acontecimento futuro e incerto.
- d) ineficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto, enquanto a condição suspensiva subordina a eficácia a um acontecimento futuro e incerto.
- e) ineficácia do negócio jurídico a um acontecimento futuro e certo, enquanto a condição suspensiva subordina a eficácia a um acontecimento futuro e certo.

23) Não configura obrigação do empresário:

- a) constituição de sociedade
- b) inscrição na Junta Comercial.
- c) comunicação periódica, caso não faça arquivamentos na Junta, de sua condição de empresário ativo.
- d) manutenção de escrituração de livros.
- e) elaboração de balanços periódicos.

24) Rodrigo foi severamente mordido por um cachorro da raça pitbull e conduzido por seu irmão Marcelo para a emergência de hospital particular. No nosocômio, comunicaram-lhes que o tratamento médico apenas seria realizado caso depositassem a quantia de R\$ 100.000,00 em favor da instituição de saúde. Premido pela necessidade de salvar Rodrigo, que sangrava em demasia, Marcelo realizou o depósito, em que pese julgar a obrigação excessivamente onerosa. O negócio jurídico padece do vício de:

- a) estado de perigo, que configura causa de anulabilidade
- b) coação, que configura causa de nulidade.
- c) coação, que configura causa de anulabilidade.
- d) lesão, que configura causa de nulidade.
- e) dolo, que configura causa de anulabilidade.

25) Pedro, policial militar do Estado do Rio de Janeiro, ao perseguir em sua viatura veículo de um traficante de drogas, atropela Vanessa, que atravessava regularmente na faixa de pedestre. A vítima do atropelamento fica gravemente ferida. Sobre o caso descrito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Vanessa, para ser indenizada, não precisará demonstrar a culpa do policial militar.
- b) A pretensão indenizatória de Vanessa está submetida ao prazo prescricional de cinco anos.
- c) A responsabilidade civil de Pedro é subjetiva.
- d) O Estado não responde civilmente em uma das seguintes hipóteses de afastamento do nexo causal entre sua conduta e o dano: culpa da vítima ou de terceiro, caso fortuito e força maior.
- e) Vanessa, para ser indenizada por danos morais, deverá comprovar em juízo o evento danoso e a lesão extrapatrimonial.

26) A respeito do pagamento da obrigação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, salvo se mais valiosa.
- b) Caso seja demonstrado que não era credor, o pagamento feito de boa-fé ao credor putativo é anulável, embora eficaz.
- c) Salvo se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias, efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor.
- d) Sendo a quitação do capital sem reserva dos juros, estes presumem-se pagos.
- e) No exercício da autonomia privada, são, em regra, válidas as convenções de pagamento em ouro, excetuados os casos previstos na legislação especial.

27) Maria, por ocasião da conclusão de um contrato de compra e venda de um quadro pintado por artista famoso de R\$ 1 milhão, deu sinal de R\$ 50 mil. A respeito da situação descrita, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Caso Maria desfaça a avença, a contraparte fará jus à retenção do sinal, exceto se o contrato prever o direito de arrependimento.
- b) Caso o vendedor desfaça a avença, Maria fará jus à devolução do montante por ela pago. Porém, ela não poderá exigir, em adição, o valor equivalente, salvo se for demonstrado o efetivo prejuízo material, a fim de evitar o enriquecimento sem causa.
- c) Os R\$ 50 mil pagos por Maria também gozam de natureza de cláusula penal.
- d) Em caso de inexecução do contrato pelo vendedor, Maria, como regra geral, não poderá exigir o cumprimento forçado da avença.
- e) Na superveniência de caso fortuito que impeça a execução do contrato, o sinal será devolvido à Maria, sem que ela faça jus à indenização suplementar por eventuais danos materiais e morais.

28) O distrato é hipótese de:

- a) resolução por inadimplemento voluntário
- b) rescisão unilateral.
- c) rescisão bilateral.
- d) resolução por onerosidade excessiva.
- e) resolução por inadimplemento involuntário.

29) A resolução por onerosidade excessiva, prevista no Código Civil, tem como fundamento axiológico:

- a) o equilíbrio contratual o pacta sunt servanda.
- b) o pacta sunt servanda.
- c) a tutela da autonomia privada.
- d) a relatividade contratual.
- e) a proteção da vulnerabilidade.

30) Sobre a evicção e o vício redibitório, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- b) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, salvo se a aquisição tenha se realizado em hasta pública.
- c) Salvo estipulação em contrário, tem direito o evicto, além da restituição integral do preço ou das quantias que pagou, à indenização dos frutos que tiver sido obrigado a restituir.
- d) Não pode o adquirente demandar pela evicção, se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- e) Se parcial, mas considerável, for a evicção, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido. Se não for considerável, caberá somente direito a indenização.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

31) Coisa julgada material é a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito. Acerca da coisa julgada, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença;
- b) A coisa julgada se forma quando não há mais possibilidade de recurso, ou nos casos em que a lei admite a execução provisória da decisão judicial;
- c) A coisa julgada material do art. 502 do CPC/2015 se forma não só sobre as matérias decididas no âmbito judicial, mas também no âmbito administrativo;
- d) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada;
- e) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, e também perante terceiros, ainda que lhes prejudique.

32) A Advocacia Pública é responsável por defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta. Acerca das prerrogativas processuais da advocacia pública dispostas no CPC/2015, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) A Fazenda Pública goza de prazo em quádruplo para responder e prazo em dobro para recorrer de qualquer decisão;
- b) O órgão de advocacia pública será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público ou social, interesse de incapaz, ou litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana;
- c) A contagem dos prazos contra a Fazenda Pública tem início a partir da intimação pessoal;
- d) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável sempre que o ente público por ele representado for sucumbente em um processo;
- e) Aplica-se o benefício da contagem em dobro mesmo quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

33) É considerado revel o réu que não contesta a ação. Acerca da revelia, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Fazenda Pública se sujeita aos efeitos da revelia;
- b) Não serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor se o litígio versar sobre direitos indisponíveis;
- c) Não serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor se forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos;
- d) Ao réu revel será lícita a produção de provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção;
- e) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

34) Acerca dos recursos do processo civil brasileiro é CORRETO afirmar que:

- a) O CPC/2015 decidiu manter a figura do agravo retido, porém com escopo reduzido em relação ao que previa o CPC/1973;
- b) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso;
- c) Contra os despachos cabe o recurso de agravo de instrumento;

- d) Contra a sentença cabem os recursos de apelação, embargos de declaração e embargos de divergência;
 - e) A apelação terá efeito suspensivo, ainda nos casos em que a sentença confirma, concede ou revoga tutela provisória.
- 35) O incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) é um importante instrumento para a uniformização da jurisprudência dos tribunais. Acerca do IRDR, assinale a afirmativa INCORRETA:**
- a) A admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas é uma das causas de suspensão do processo civil;
 - b) O juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrarie entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas;
 - c) Não está sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição (“remessa necessária”) a sentença que estiver fundada em entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas;
 - d) É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente, efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.
 - e) Apenas o Ministério Público, e não a parte interessada, é legitimado para propor reclamação com o fim de garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- 36) O Código de Processo Civil é iniciado pelo enunciado de uma série de princípios, que devem nortear a aplicação e a interpretação das normas processuais. Acerca deste tema, assinale a afirmativa CORRETA:**
- a) A boa-fé processual deve ser observada exclusivamente pelas partes, não sendo aplicável a terceiros, ainda que interessados;
 - b) O princípio da razoável duração do processo autoriza a redução dos prazos peremptórios em curso, a fim de resguardar a imediata prolação de sentença de mérito;
 - c) A paridade de armas significa a total isonomia entre as partes, vedando a existência de prazos diferenciados para determinados sujeitos processuais, como o Ministério Público e a Fazenda Pública;
 - d) O contraditório participativo impõe que o magistrado não decida acerca de tema que ainda não foi objeto de manifestação pelas partes, mesmo que se trate de matéria sobre a qual deva conhecer de ofício;
 - e) Os métodos alternativos de conflitos encontram mera previsão no Código de Processo Civil, ainda carecendo de regulamentação específica para serem aplicados nos processos judiciais, novos ou em curso.
- 37) Os honorários advocatícios constituem a remuneração do advogado da parte vencedora em decorrência de seu trabalho bem-sucedido no desenrolar de um processo judicial. Tendo isso em mente, qual das opções abaixo NÃO é considerada pelo Código de Processo Civil como um critério válido para a fixação de percentual de honorários:**
- a) O grau de afinidade entre a competência do juízo e o mérito da causa;
 - b) O grau de zelo aplicado pelo profissional ao conduzir a causa;
 - c) A natureza e a importância da causa;
 - d) O trabalho realizado pelo profissional e o tempo total exigido para o seu serviço;
 - e) O lugar da prestação do serviço.

38) A doutrina costuma traçar claras diferenças entre os elementos e as condições da ação.

Acerca desse tema, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) A carência da ação existirá quando ausentes todos os seus elementos, como a regularidade formal e a inexistência de fato impeditivo para a propositura da demanda;
- b) A legitimidade das partes é a única condição da ação que está prevista no Código de Processo Civil, uma vez que as demais são objeto de exclusiva construção doutrinária e jurisprudencial, não sendo sequer mencionadas pela lei;
- c) O não atendimento de qualquer condição acarreta o fenômeno da carência de ação, o que leva o processo à extinção com resolução de mérito;
- d) A legitimidade extraordinária, que é assim denominada quando uma parte pleiteia judicialmente direito alheio em nome próprio, é considerada a regra em nosso ordenamento, apenas não sendo aceita quando a lei expressamente a vedar;
- e) São considerados elementos da ação as partes, o pedido e a causa de pedir, cuja insuficiência ou irregularidade implicará na declaração de inépcia da petição inicial.

39) A competência é o âmbito no qual um determinado órgão judiciário está apto a exercer a função jurisdicional. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA:

- a) O Código de Organização e Divisão Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro não pode prever a competência originária do Órgão Especial para julgar mandado de segurança impetrado em face de ato ilegal do Governador;
- b) As regras de competência devem ser previstas em lei sob pena de violação ao princípio do juiz natural, sendo vedada a existência de juízos ou tribunais de exceção;
- c) São consideradas inderrogáveis a competência funcional e a competência em razão da pessoa, ao passo que a incompetência territorial é meramente relativa, podendo acerca dela incidir o fenômeno da perpetuação da jurisdição;
- d) O Estado do Rio de Janeiro pode ser demandado no foro do domicílio do autor, no foro da situação da coisa, no foro onde ocorreram os fatos que embasam a causa ou, por fim, na capital estadual;
- e) A incompetência, mesmo que apenas relativa, deverá ser alegada pela parte ré em preliminar da contestação.

40) Acerca dos meios alternativos de resolução de conflitos, é CORRETO dizer que:

- a) A mediação é vedada no ordenamento jurídico pátrio;
- b) A convenção arbitral pode ser aplicada sempre que as partes assim entenderem conveniente, independente da natureza do direito pleiteado;
- c) A atividade do conciliador difere daquela do mediador na medida em que a primeira é considerada mais ativa, focando na busca pelo acordo, ao passo que a segunda tem uma finalidade mais apaziguadora, visando puramente a aparar arestas e aproximar os interessados, mas sem uma conduta que concorra diretamente para o acordo;
- d) A sentença arbitral poderá ser objeto de impugnação no Judiciário através da ação própria sempre que a parte interessada entender que foi prejudicada na avaliação feita pelo árbitro;
- e) Os árbitros, mediadores e conciliadores são considerados membros honoríficos do Poder Judiciário.

LÍNGUA PORTUGUESA

“Criança não Deve Trabalhar. Infância é para Sonhar”

Simone Cristina Jensen, 7 de junho, 2019

Em 2002, o Relatório Global sobre o trabalho infantil apontou dados e percentuais alarmantes dessa prática no mundo. Diante disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 12 de junho de 2002, instituiu essa data como o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil.

Desde então, a OIT solicita à sociedade civil, empregadores, trabalhadores e governos do mundo a se mobilizarem contra essa prática para combatê-la e erradicá-la. Todos os anos, as mobilizações próximas ao dia 12 de junho tentam chamar a atenção do mundo com relatórios e campanhas informativas de que, apesar dos esforços, o trabalho infantil e adolescente ainda é uma realidade para milhões de pessoas no mundo.

No Brasil, o dia 12 de junho foi instituído pela Lei n. 11.542/2007. Este ano, o tema da campanha é “criança não deve trabalhar, infância é para sonhar”.

Apesar das massivas campanhas e tentativas de combate, pode-se dizer que há certa relutância de parcela da sociedade em reconhecer a existência do trabalho infantil e do quão prejudicial essa situação é para quem a vive.

Ainda prevalece o senso comum de que “trabalhar é melhor do que roubar”. As justificativas e as divagações apresentadas são as mais diversas. Oscilam das questões de classe social à cultura da naturalização da exploração infantil e de que o trabalho “enobrece o homem”. Com essas máximas, internaliza-se e justifica-se como sendo uma situação perfeitamente natural ver uma criança vendendo balas no semáforo ou carregando isopores de bebidas na praia. As pessoas naturalizam o trabalho infantil acreditando que trabalhar é a única solução para as crianças nascidas na pobreza.

Mas nenhuma justificativa ou internalização apresentada e aceita pelo senso comum leva em consideração os danos dessa prática e os motivos para que ela ainda exista. É preciso reconsiderar que o trabalho infantil não é uma ferramenta de proteção para essas crianças. O trabalho infantil não é a solução para nenhuma criança que se vê privada da sua infância. É uma prática que implica inúmeros problemas.

É preciso considerar que o trabalho infantil, seja na sua forma mais cruel ou na forma mais amena, caracteriza-se como uma violação dos direitos humanos, pois priva as crianças de terem uma infância normal, não só impedindo-as de frequentar a escola normalmente, mas também de se desenvolverem de maneira saudável.

Já restou comprovado que crianças e adolescentes submetidos ao trabalho infantil não conseguem desenvolver plenamente suas potencialidades como seres humanos. Os dados do Sistema de Informações de Agravos de Notificações (SINAN) revelaram que, no Brasil, entre os anos de 2007 a 2018, foram registrados quase 44 mil acidentes de trabalho com crianças e adolescentes, evidenciando o lógico: qual seja, crianças e adolescentes se acidentam muito mais do que adultos em atividades laborais porque têm menos percepção de perigo. (...)

Somado a isso, as crianças vítimas do trabalho infantil acabam expostas a vários tipos de violência, dentre elas os abusos e o aliciamento para o tráfico e a exploração sexual, consideradas como sendo as duas das piores formas de trabalho infantil de acordo com a OIT.

(...)

Pelos termos da Convenção de 1999, a eliminação do trabalho infantil pugnou pela ação imediata e global ante a gravidade dos fatos, e previu, entre as soluções, possibilitar a essas

crianças e adolescentes, “educação fundamental gratuita e a integração social como medidas fundamentais para eliminar o trabalho infantil”.

No Brasil, há várias leis de proteção contra o exploração e trabalho infantil, mas nenhuma lei ou política pública relacionada a esse tema será efetiva, se não houver, da nossa parte, a conscientização de que o trabalho infantil não é uma situação natural nem justificável, e que é preciso haver políticas públicas que efetivem a igualdade material entre as pessoas.

<https://jornalri.com.br/2019-2/crianca-nao-deve-trabalhar-infancia-e-para-sonhar>_(Texto adaptado)

41) Com base nas informações apresentadas no texto, é correto afirmar que:

- a) As justificativas do pensamento empírico em nossa sociedade destroem as crenças da cultura da naturalização da exploração infantil.
- b) O combate e a erradicação do trabalho infantil ainda não é efetivo no Brasil, exclusivamente, porque não há escolas suficientes para uma educação de qualidade.
- c) Parte da sociedade brasileira mantém certas convicções sobre o trabalho infantil que vão de encontro ao que sinalizam os relatórios mundiais, os dados estatísticos e as campanhas.
- d) As leis de proteção contra a exploração e o trabalho infantil garantem efetivamente a aplicação de políticas públicas em defesa da infância.
- e) Baseado em estatísticas assustadoras, assim, como no mundo, o Brasil promove campanhas contra o trabalho infantil desde 2002.

42) O título do texto só não é ratificado:

- a) no Relatório Global de 2002
- b) na Lei n. 11.542/2007
- c) nos termos da Convenção de 1999
- d) nos dados do SINAN
- e) na cultura da naturalização da exploração infantil

43) “Ainda prevalece o senso comum de que ‘trabalhar é melhor do que roubar’. As justificativas e as divagações apresentadas são as mais diversas. Oscilam das questões de classe social à cultura da naturalização da exploração infantil e de que o trabalho ‘enobrece o homem’.”

A partir do excerto produzido pela autora, direcionado à qualificação do trabalho infantil, há somente um comentário adequado ao fragmento destacado em:

- a) Apesar do preconceito de parcela da sociedade contra a formação educacional da criança pobre, o ideário das campanhas massivas contra o trabalho infantil é o que predomina na atualidade.
- b) O articulador discursivo “ainda” pressupõe que as interferências do senso comum sobre a naturalização do trabalho infantil advêm de algum tempo e sedimentam o ideário de parte da sociedade.
- c) Os efeitos internalizados, formadores do senso comum, por conveniência ou por preconceito transformam-se em crenças ratificadas pela autora, em consonância com os valores nelas implícitos.
- d) Oscilam das questões de classe social à cultura. A expressão sublinhada corresponde ao sujeito agentivo do verbo “oscilar”.
- e) O emprego das aspas ratifica a posição indiferente da autora perante o discurso, proveniente do senso comum sobre o trabalho infantil.

- 44) Assinale o tipo de texto que caracteriza “Criança não deve trabalhar. Infância é para sonhar”, tendo em vista a intenção comunicativa e o processo de composição utilizados pela autora:
- a) argumentativo
 - b) descritivo
 - c) injuntivo
 - d) narrativo
 - e) expositivo
- 45) É correto afirmar, em relação ao texto, que o oitavo parágrafo:
- a) retoma o parágrafo anterior, relativizando-o
 - b) demonstra a opinião de pesquisadores sobre o assunto do parágrafo anterior
 - c) apresenta-se como uma consequência do parágrafo anterior
 - d) dá continuidade ao parágrafo anterior, reforçando-o com provas concretas
 - e) contrapõe-se ao parágrafo anterior
- 46) No último parágrafo do texto, para o autor, a conscientização de que o trabalho infantil não é uma situação natural para a efetivação das leis e das políticas públicas denota:
- a) uma consequência
 - b) uma contradição
 - c) uma condição
 - d) uma dúvida
 - e) uma finalidade
- 47) Assinale a opção cujo verbo apresenta a mesma regência do verbo em negrito no trecho: “O trabalho infantil não é a solução para nenhuma criança que se vê privada da sua infância. É uma prática que **implica** inúmeros problemas. ”
- a) obedecer
 - b) estimar
 - c) confiar
 - d) prescindir
 - e) recorrer
- 48) Assinale a opção em que o elemento coesivo à direita não faz correspondência discursiva com o termo sublinhado:
- a) (...) a OIT solicita à sociedade civil empregadores, trabalhadores e governos do mundo a se mobilizarem contra essa prática para combatê-la e erradicá-la / prática
 - b) É preciso reconsiderar que o trabalho infantil não é uma ferramenta de proteção para a criança / ferramenta
 - c) O trabalho infantil não é a solução para nenhuma criança que se vê privada da sua infância / criança
 - d) É preciso considerar que o trabalho infantil (...) caracteriza-se como uma violação dos direitos humanos, pois priva as crianças de terem uma infância normal, não só as impedindo de frequentar a escola normalmente, mas também de se desenvolverem de maneira mais saudável / crianças
 - e) Somado a isso, as crianças vítimas do trabalho infantil acabam expostas a vários tipos de violência (...) / violência

49) Pelos termos da Convenção de 1999, a eliminação do trabalho infantil pugnou pela ação imediata e global ante a gravidade dos fatos, e previu, entre as soluções, possibilitar a essas crianças e adolescentes, “educação fundamental gratuita e a integração social como medidas fundamentais para eliminar o trabalho infantil”.

Os termos da Convenção de 1999 trazem três pressupostos básicos direcionados à “eliminação do trabalho infantil no Brasil”. São eles:

- a) gratidão- luta-educação
- b) perseverança- previsão- educação
- c) abnegação- naturalização-luta
- d) conscientização- integração-educação
- e) luta-previsibilidade – gratuidade

50) A paráfrase que melhor traduz a intenção do texto no último parágrafo é:

- a) Embora haja várias leis de proteção contra a exploração do trabalho infantil, nenhuma lei ou política pública será levada a termo, se não houver a participação consciente da sociedade permitindo que as oportunidades de inclusão social, indiscriminadamente, se estendam a todos.
- b) Apesar de haver várias leis de proteção contra a exploração do trabalho infantil, no Brasil, elas não são concretizadas, pois além de políticas públicas inclusivas, deve haver da nossa parte, a crença de que todas as crianças são, naturalmente, iguais.
- c) No Brasil, há várias leis de proteção contra a exploração do trabalho infantil, mas os impedimentos materiais interrompem a execução das políticas públicas voltadas para todos.
- d) As políticas públicas voltadas para a igualdade de oportunidades têm permitido à sociedade uma intervenção consciente no que tange à compreensão de que o trabalho infantil, no Brasil, não é natural, nem justificável.
- e) No Brasil, há políticas públicas e leis que não apóiam a exploração do trabalho infantil, entretanto, nem as leis nem as políticas apontam os recursos materiais capazes de efetivá-las.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

EDITAL

**45º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE
PRÁTICA FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, nos termos do art. 23 da Resolução PGE nº 4.353, de 08.02.2019, divulga aos interessados o gabarito da Prova Objetiva:

DIREITO CONSTITUCIONAL:

- 1-B
- 2-E
- 3-A
- 4-C
- 5-E
- 6-D
- 7-C
- 8-B
- 9-C
- 10-D
- 11-D
- 12-B
- 13-A
- 14-E
- 15-E

DIREITO CIVIL:

- 16-E
- 17-B
- 18-D
- 19-B
- 20-B
- 21-C
- 22-D
- 23-A
- 24-A
- 25-E
- 26-D
- 27-E
- 28-C
- 29-A
- 30-B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL:

- 31-A
- 32-C
- 33-A
- 34-B
- 35-E
- 36-D

37-A
38-E
39-A
40-C

LÍNGUA PORTUGUESA:

41-C
42-E
43-B
44-A
45-D
46-C
47-B
48-E
49-D
50-A

Os candidatos poderão interpor recurso contra o gabarito da Prova Objetiva no prazo de dois dias úteis subsequentes à publicação do presente edital. Os recursos serão recebidos no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado (Rua do Carmo, 27, Térreo, Centro, Rio de Janeiro), das 10:00 às 16:00 horas.